

# Arqueologia & História

volume nº 60-61 | 2008-2009

Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses



*Materials para  
um Livro Branco  
da Arqueologia  
Portuguesa*



# Arqueologia Urbana e Poder Autárquico

*Francisco Sande Lemos*

## **1. Introdução**

As cidades portuguesas passaram, em menos de duas décadas, de pequenos e tranquilos burgos para áreas urbanas em crescimento exponencial. Este aspecto peculiar da História de Portugal Contemporâneo tem sido sublinhado por estudos de síntese em Geografia (Salgueiro e Ferrão, 2005). De facto, não se tendo efectivado a industrialização do país, salvo em zonas muito pontuais, as urbes mantiveram a fisionomia herdada da época medieval e da Idade Moderna (com algumas alterações em finais de oitocentos), pelo menos até meados do século XX, como se pode verificar através de fotogramas das décadas de 50 e 60. Mesmo na cidade de Lisboa, onde existia um sector administrativo, comercial e algumas fábricas, vivia-se num contexto pré-industrial. Os relatos dos refugiados de guerra oriundos da Áustria, da Alemanha e da França, em trânsito para os EUA, descrevem uma cidade parada no tempo, na década de 40 do século XX:

Embora Portugal não tenha estado directamente envolvido no grande confronto mundial a II Guerra teve, *a posteriori*, repercursões significativas no ambiente bucólico propagandeado pelo Estado Novo,

mas que escondia um universo rural paupérrimo. Terminado o conflito, o Plano Marshall financiou um gigantesco processo de recuperação de infra-estruturas e das cidades europeias afectadas pelos bombardeamentos. A oferta de emprego atraiu centenas de milhares de emigrantes portugueses que das suas aldeias se deslocaram para França e Alemanha. O retorno das suas poupanças (as chamadas remessas dos emigrantes) não só asseguraram o equilíbrio das contas públicas como permitiram o desenvolvimento da indústria de construção civil em Portugal, numa escala sem precedentes.

A década de 60 do século XX marca o início deste processo. Os projectos urbanísticos desenhados na década antes da II Guerra, de que são testemunhos alguns bairros como o de Alvalade em Lisboa (Costa, 1997) ou a zona das Escolas secundárias de Braga foram apenas vãs tentativas de prever, ou enquadrar, um desenvolvimento urbano que transbordou todas as regras e planos. Os anos 70 e 80 assinalam o cume do movimento imobiliário descontrolado que prosseguiu na década seguinte, muito embora a sociedade portuguesa tenha assumido uma progressiva consciência do desordenamento urbano em que mergulhara. Embora na primeira década do século XXI se tenha generalizado a crítica do “betão”, o facto é que a debilidade do planeamento urbanístico persiste, desafiando qualquer mudança profunda.

Tanto a Administração Central como as autarquias estavam, na verdade, mal preparadas para enfrentar a urbanização exponencial do país. As Direcções Gerais, apesar do poder efectivo de que dispunham, não tinham recursos humanos suficientes e funcionavam ao ritmo dos anos 30 e 40, no velho sistema de ofícios a bem da Nação. Entretanto as autarquias depararam-se, pela primeira vez, com a possibilidade de sair do colete de pobreza imposto pela gestão severa de António Oliveira Salazar. Exemplos típicos dos novos e dinâmicos Presidentes de Câmara do Estado Novo foram, em Lisboa, Duarte Pacheco (1899-1943) e em Braga, Santos da Cunha (1911-1972). Se as entidades da administração central que tutelavam directamente o urbanismo foram ultrapassadas as estruturas da Cultura e Património ainda eram mais frágeis.

Apenas em 1973 foi criada a Direcção-Geral dos Assuntos Culturais (incluindo uma Divisão de Património Cultural).

Os delegados concelhios da Junta Nacional de Educação, que aliás trabalhavam *pro bono*, procuraram intervir mas sem qualquer êxito. Em Braga Rigaud de Sousa efectuou algumas escavações, designadamente no Largo de S. Paulo, e propôs uma área de protecção para os vestígios da cidade romana, mas o processo acabou por se desvanecer, entre 1974 e 1976 (Nunes, 1978 e 1994).

Também em Braga a actuação do Cônego Arlindo Ribeiro da Cunha, recolhendo material nas terras já revolvidas pelos bulldozers e registando nas suas crónicas do *Diário do Minho* a destruição das ruínas de *Bracara Augusta* ilustra bem a impotência das escassas elites culturais urbanas de meados do século, passado face ao crescimento imparável das cidades (Nunes e Oliveira, 1988). Noutras cidades os estudiosos salvavam o que podiam. Mas a indiferença das autoridades locais era manifesta e o poder central apático e pouco dinâmico. O sucedido com as obras do Metropolitano em Lisboa, nos 60 do século XX, é elucidativo (Moita e Leite, 1985). Houve em 1961 uma intervenção de emergência em Lisboa, na Praça da Figueira (ruínas do Hospital de Todos os Santos e necrópole romana) mas sem a necessária amplitude (fracasso cuja responsabilidade é atribuída à Junta Nacional de Educação, tendo a equipa chegado quando as obras de abertura do Metropolitano já estavam concluídas) (Moita e Leite 1985). Em 1966/67 há um novo ensaio de AU em Lisboa (primeiras escavações no Teatro romano), mas sem continuidade (Fabião, 1994).

A mudança de regime ocorrida em 1974 em nada alterou o ritmo construtivo, mas desencadeou mudanças significativas. Estabeleceu-se o Estado de Direito, eleições livres, um regime pluripartidário com órgãos representativos. As autarquias passaram a ter autonomia. A Administração Central entrou num processo de modernização. No domínio específico do Património Cultural a criação do Instituto Português do Património Cultural em 1981 assinala esse esforço, tendo sido dotado de um Departamento de Arqueologia, que será a entidade coordenadora da Arqueologia Portuguesa até 1997. O

DA do IPPC era apoiado por três Serviços Regionais de Arqueologia (do Norte, com sede em Braga; do Centro com sede em Coimbra; do Sul, com sede em Évora) (até 1991) e por uma Comissão Consultiva representativa das principais instituições com projectos em Arqueologia.

## 2. O desenvolvimento em Portugal da Arqueologia Urbana

O novo Poder democrático encarava a Cultura e o Património de outro modo. Exemplo disso foi a criação do Campo Arqueológico de Braga pelo I Governo Constitucional, presidido por Mário Soares. Efectivamente as medidas decididas em 1976 permitiram salvar da destruição anunciada a cidade romana de *Bracara Augusta*. Mas não foi só em Braga que a segunda metade da década de 70 marca o início da Arqueologia Urbana em Portugal. Há que assinalar outras datas: em 1974 a criação do Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal, que tinha como um dos seus objectivos o estudo da história da cidade; em 1976 acções de Arqueologia em meio urbano na Cidade de Almada (Ramalha), associadas ao Centro de Arqueologia de Almada, fundado em 1972; em 1978 o lançamento do Campo Arqueológico de Mértola; em 1979 as primeiras escavações de salvamento em Setúbal, *Caetobriga*, na Travesa Frei Gaspar), sendo descoberto um conjunto de cetárias (Silva et alii 1985); e em 1979 o início do estudo arqueológico de Silves, a mais importante cidade islâmica do Algarve (Gomes e Gomes, 1985). Ao longo da década de 80, quer por imposição da tutela governamental, quer por se começarem a esboçar os primeiros ensaios de recuperação de Centros Históricos, em Lisboa e no Porto, a Arqueologia Urbana generaliza-se, numa vaga imparável. Nesta fase a adesão dos municípios é hesitante, pois consideravam como prioridade as infra-estruturas de que os concelhos estavam carecidos, após as longas décadas sob o regime do Estado Novo? (na verdade em 1974 eram raras as freguesias com saneamento, luz e água).

Em Lisboa o momento simbólico do arranque da *praxis* da Arqueologia Urbana foi talvez a intervenção de 1981 na Casa dos Bicos (Duarte e Amaro, 1985), embora, anteriormente, se tivesse registado

um ensaio, sem continuidade, nos anos 60, relacionado com o estudo do Teatro e com a descoberta da necrópole da praça da Figueira (Moita e Leite 1985; Fabião 1994).

No Porto a data marcante foi o estudo de uma casa da rua de D. Hugo, 5 (actual Casa do Arquitecto), trabalhos requeridos por Manuel Real, e que tiveram o apoio imediato do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte. É verdade que tinha havido uma intervenção anterior, na praça da Ribeira, mas sem continuidade.

Tanto a partir da intervenção na Casa dos Bicos (1981), como dos trabalhos da rua de D. Hugo, 5 e da Casa do Vinte e Quatro (1984), os trabalhos arqueológicos não pararam mais, quer em Lisboa, quer no Porto (Osório e Silva, 1994).

Generalizam-se assim as intervenções arqueológicas urbanas. A par das já mencionadas podemos referir outras: em 1982 a descoberta e estudo do *Forum de Sellium*, actual cidade de Tomar (Ponte, 1985); em 1983 realizam-se trabalhos arqueológicos em meio urbano na cidade de Cascais (Cardoso, 1985); em 1983 efectuam-se sondagens no Castelo de Gaia (Universidade do Porto) (Guimarães, 1994); também em 1984 regista-se a primeira intervenção arqueológica urbana na cidade de Faro, por uma equipa da Universidade do Algarve; e ainda no mesmo ano dá-se início a trabalhos no Palácio dos Gouveias na rua de Burgos, em Évora sob a coordenação de Serviço Regional de Arqueologia do Sul.

No I Colóquio de Arqueologia Urbana (1985), em Setúbal foi apresentado um conjunto de comunicações com os resultados das intervenções urbanas em Almada, Braga, Lisboa, Setúbal, Silves e Tomar). Também em 1985 ocorrem as primeiras intervenções na cidade de Chaves (Colmenero 97), estas já com apoio municipal. Nos finais da década de 80 é criado o Gabinete de Arqueologia Camarário do Porto, o que indica talvez uma nova fase na atitude dos municípios em relação à AU.

Na década seguinte regista-se um amplo crescimento de trabalhos arqueológicos nas cidades bem como a criação de novas estruturas municipais. Em 1992 funda-se o Gabinete de Arqueologia de Braga e um Núcleo de Arqueologia no âmbito do GTL de Santarém, cidade onde as sondagens permitem a

descoberta do *Forum de Scallabis*. Em 1994 abre a público uma Exposição no Museu Nacional de Arqueologia sob o título de Lisboa Subterrânea. No mesmo ano tem lugar o II Colóquio de Arqueologia Urbana, promovido pela Câmara Municipal de Braga. Em relação ao Colóquio de Setúbal (1985) regista-se uma presença significativa de arqueólogos dos Gabinetes Municipais de Arqueologia, embora também participassem técnicos da Secretaria de Estado da Cultura e investigadores das Universidades. Em 1997 celebra-se o III Colóquio de Arqueologia Urbana, realizado em Almada.

A culminar a década de 90, na sequência da tempestade levantada pela polémica acerca do estudo e conservação das Gravuras do Vale do Côa, é estabelecido o Instituto Português de Arqueologia (1997). Da criação deste novo Instituto não derivou a definição de uma política específica para o estudo arqueológico das cidades vivas. Mas foram abertas portas ao florescimento da chamada Arqueologia Comercial ou Empresarial e passaram a ser cumpridos os preceitos da Convenção de Malta, que somente foi plenamente adoptada pelo Estado Português em 1998. Assim ao longo de toda a década de 90 realizaram-se grandes obras em Lisboa (Metro; Parque Subterrâneos, Recuperação do Centro Histórico e dos Monumentos da cidade) que desencadearam um amplo conjunto de trabalhos arqueológicos (parte deles realizados pelo IPPAR, parte por técnicos da Autarquia e parte por empresas de Arqueologia). Também em Braga há um aumento significativo do ritmo de intervenções e estreita colaboração entre a Universidade, a Câmara e o Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa. No Porto o Gabinete de Arqueologia adopta uma política consistente abrindo às empresas os acompanhamentos e trabalhos arqueológicos ditados pelo IPA, IPPAR ou pela própria Câmara. De um modo geral em todas as cidades do país ocorre um desenvolvimento exponencial das intervenções urbanas embora sem uma política coordenada e sem plataformas de comunicação a nível nacional.

### 3. A consolidação da Arqueologia Urbana

Referimos como a partir de 1998, após a criação do IPA e da Lei de Bases do Património (2001) os

trabalhos arqueológicos em meio urbano se multiplicam sob a responsabilidade das Universidades, das Autarquias, e de Empresas Privadas. Seria interessante dispormos de valores para a primeira década do século XXI. Todavia o Endolévico embora seja uma base de dados muito rica em informação ainda não dispõe de mecanismos de pesquisa refinados, de modo que não é fácil apresentar indicadores. Por exemplo não é possível cruzar trabalhos arqueológicos com concelhos, nem obter indicadores anuais. Para Lisboa encontram-se assinalados 314 sítios arqueológicos. Para o Porto 79 e para Braga 133. Tendo em consideração a dimensão dos três núcleos urbanos, e mesmo sem uma análise mais profunda é evidente que o património arqueológico da capital não está suficientemente representado e ainda menos o do Porto, por comparação com Braga.

O ideal seria dispormos para as principais urbes portuguesas de bases de dados semelhantes à que o INRAP divulgou recentemente para as cidades de Orleães, Reims ou Tours. A Unidade de Arqueologia tem desenvolvido um projecto de larga escala para *Bracara Augusta* (SIABRA), incorporando um nível de consulta para o público. Porém não está acessível na Internet, pelo menos no site oficial da UAUM, uma versão actualizada.

No final da primeira década do século XXI sabe-se que uma parte dos municípios portugueses integram equipas de Arqueologia, com um ou mais arqueólogos. De acordo com o inquérito efectuado pela Associação Profissional de Arqueologia em 2002 entre mais de metade das autarquias (63 %) não promovia directamente actividade arqueológica. O mapa apresentado indica que a maior incidência das autarquias com estruturas arqueológicas incide nas áreas metropolitanas de Porto, Braga e Lisboa.

No Algarve, que os geógrafos consideram como uma unidade urbana peculiar, devido à sua estrutura transversal, quase todas as cidades possuem gabinetes de Arqueologia: Tavira; Faro; Silves; Portimão; e Lagos.

Curiosamente a existência destas áreas metropolitanas não determinou a criação de entidades supra-camarárias ou de políticas comuns no âmbi-

to da Arqueologia, talvez por se tratar de um sector específico que não exige uma cooperação municipal como será o caso das infra-estruturas de saneamento ou rodoviárias, por exemplo.

Por outro lado nem sempre existe uma relação adequada entre o número de arqueólogos e a relevância do património conservado. E o modo como se encontram inseridas na orgânica da autarquia é variável. Enquanto em diversas Câmaras as equipas de Arqueologia se encontram directamente ligadas às divisões de planeamento e gestão urbanísticos, noutras dependem do pelouro da Cultura. Por exemplo na Câmara Municipal de Braga o Gabinete de Arqueologia constitui uma das divisões da Direcção de Planeamento Urbanístico. Pelo contrário na Câmara Municipal de Cascais o sector de Arqueologia está dependente da Cultura. Em Lisboa a equipa de Arqueologia está enquadrada no Museu da Cidade. Esta diversidade será benéfica? A médio prazo, poderemos avaliar se o modelo foi eficaz. Por enquanto será cedo.

#### 4. Contradições da Arqueologia Urbana

Embora em Portugal a Arqueologia Urbana tenha adquirido um estatuto específico (item 2 e 3) e as autarquias se tenham dotado de recursos no âmbito do património arqueológico (item 4), a conservação e o estudo do subsolo arqueológico urbano continua a originar processos dramáticos, mesmo nas décadas mais recentes. A raiz deste problema reside no valor por metro quadrado do solo urbano (sobrevalorizado pela chamada bolha imobiliária dos anos 80 e 90) e na relação pouco clara entre o poder autárquico e a especulação imobiliária. Na verdade o financiamento das estruturas locais (e mesmo nacional) dos partidos tem estado dependente da construção civil.

Tanto na “web” (em listas como Archport e em blogues) como na Comunicação Social encontram-se inúmeras denúncias as quais, na generalidade, não tem qualquer seguimento. Não seria viável neste texto referir todos os dossiers mais delicados e gravosos. Aparentemente a cidade que mais tem sofrido tem sido a capital, o que é irónico. Dos casos mais citados e ainda envoltos numa névoa que não se dissipa destacam-se os da Praça da Figueira, do

Terreiro do Paço e do Martim Moniz. Por exemplo, pelo menos de acordo com a *vox publica* na Praça da Figueira existiam importantes vestígios sobrepostos de Lisboa da Idade Moderna, do período islâmico e da época romana. Nada foi preservado e o registo científico confrontou-se com a pressão sufocante dos promotores.

Porém mesmo nas cidades onde os projectos de Arqueologia Urbana estão consolidados como é o caso de Braga, há momentos de grande “stress” como aconteceu em 1992 (o chamado ano negro de *Bracara Augusta*). Ou mesmo, recentemente, em 2009, no âmbito das escavações que se realizaram no quarteirão dos CTT e prolongamento do túnel da Avenida de Liberdade uma obra de todo inútil que destruiu vestígios de construções da Idade Moderna e obrigou à remoção de sepulturas romanas.

Este último caso indica que a Arqueologia Urbana continua muito frágil, enquanto no âmbito do Código Penal não foram penalizados determinadas ilicitudes como os crimes urbanísticos. Por sua vez a entidade da tutela tem-se revelado passiva como aconteceu durante as terraplanagens para a construção do novo Hospital de Braga, também em 2009.

A petição *Salvem as Sete Fontes* (Braga), que reuniu mais de cinco mil assinaturas e se encontra pendente na Assembleia da República talvez seja um dos primeiros sinais que as comunidades, sem qualquer confiança no poder central, principiam a ficar cansadas com um poder autárquico que por um lado proclama que pretende valorizar as suas cidades, patrocinando iniciativas louváveis como a Semana Romana de Braga e por outro vacila, ou cede, face ao poder económico.

Outra contradição da Arqueologia Urbana é a divulgação científica. Em todos os sectores da Arqueologia portuguesa ocorreu nas últimas décadas uma dispersão dos conhecimentos adquiridos, apesar do aumento de número de trabalhos arqueológicos. De facto nenhum principais actores em presença, o IGESPAR, as Universidades ou o Museu Nacional de Arqueologia, assumiu a liderança da divulgação dos conhecimentos. Não existe um Congresso Nacional de Arqueologia como entidade que reúna periodicamente os investigadores. Celebram-

-se inúmeros colóquios e eventos todavia são especializados ou locais. Há um fosso crescente entre a Arqueologia do Norte de Portugal e a que se realiza a Sul do Mondego.

Porém sendo a Arqueologia Urbana um tema tão específico e tão importante para o conhecimento da História das cidades portuguesas seria de esperar, pelo menos neste sector, uma maior concertação. Ora, ao longo de quatro décadas entre 1976 e 2010, apenas se realizaram 4 reuniões cujo tema expreso foi a Arqueologia Urbana. Os recursos inerentes às novas tecnologias, embora tenham permitido difundir muitos dados, parecem, pelo contrário, ter aumentado a dispersão. Muitos relatórios de trabalhos arqueológicos em áreas urbanas jazem adormecidos nos arquivos do IGESPAR. As autarquias tendem como é óbvio a privilegiar a divulgação dos resultados locais, como processo identitário, diferenciador dos municípios vizinhos.

Outro aspecto em se notam as contradições da Arqueologia Urbana são os projectos de valorização. Entre os economistas está muito em voga falar em cidades competitivas. Na verdade das valências que conferem um maior grau de atracção urbana destacam-se as raízes da cidade, o património arqueológico. Não cumpre analisar neste texto o que está a ser realizado noutros sectores mas na área do património urbano o esforço dos municípios tem sido débil. Os projectos de valorização são circunscritos e não há planos para uma leitura global das raízes das cidades. Por exemplo em Lisboa já existe um conjunto de locais musealizados como as ruínas do Teatro Romano, as do Castelo, da BCP, etc, mas não há um plano que articule todos os sítios. Em Braga também existem vários núcleos musealizados, designadamente a Fonte do Ídolo, os Banhos do Alto da Cividade, o Banhos Pré-Romanos da Estação de Caminho de Ferro e outros de menor impacto. Contudo, mesmo sendo amplo o conhecimento sobre a Arqueologia da cidade nunca se concretizou um projecto articulado apesar dos textos publicados na Imprensa Local e na qual se propunha um esquema de leitura. Existe o projecto de um Parque Arqueológico (Martins e Fontes, 2009) mas em nosso entender, embora inclua locais que há muito aguardam pela necessária musealização,

não prevê uma narrativa que permita aos visitantes aceder à leitura do subsolo.

O fundamental, seja em Lisboa, em Braga, no Porto, ou nas restantes urbes históricas do país, é sinalizar a espessura do tempo em cada um dos múltiplos espaços que formam a cidade. Trata-se de amplificar a rede da toponímia, que ao fim ao cabo é base da orientação em qualquer espaço, a grelha dos nomes da cidade. Sendo assim a possibilidade de inserir na mesma placa as antigas funções do espaço urbano enriquece a sinalética. Por outro lado, ao lado dos mapas urbanos já existentes seria muito útil colocar placards com o desenho antigo da cidade como território de sobreposições.

As musealizações que em geral constituem exercícios arquitectónicos dispendiosos, porque não podem libertar, por muito engenhosas que sejam, os vestígios do passado do seu estatuto de ruína, deveriam ser limitados ao mínimo, sem cargas excessivas: somente limpeza, consolidação e roteiros minimalistas de circulação.

## 5. Considerações finais

Tanto, ou por vezes mais do que as Universidades e do que a Administração Central, as equipas de Arqueologia dos Municípios têm contribuído, em partiucular nas duas últimas décadas, para aumentar os conhecimentos da Arqueologia e História das cidades onde exercem a sua actividade. Apesar da ligação por vezes nebulosa entre o poder autárquico e as empresas do ramo imobiliário, os arqueólogos das Câmaras Municipais, com o auxílio da entidade da tutela e da opinião pública têm conseguido encontrar soluções de equilíbrio. Na verdade o poder autárquico, no quadro global do jogo político, legítima no passado histórico da urbe a sua entidade como comunidade. Ora a Arqueologia pela suas características ajuda a cimentar essa pertença a uma origem comum, contribui para unir os cidadãos. Por outro lado no âmbito das verbas comunitárias os municípios têm sido um dos principais beneficiados o que tem favorecido a dinâmica da actividade arqueológica.

A crise financeira, a quebra da actividade de construção (uma das principais fontes de rendimento das autarquias) e o fim dos quadros comu-

nitários de apoio vão reflectir-se forçosamente nos meios disponíveis. Provavelmente vamos assistir a fusões de equipas de arqueologia de concelhos vizinhos. Mas talvez seja um processo com efeitos positivos. Menos pressão urbanística, libertando meios para sinalizar e para a valorização. As ligações já existentes entre a Arqueologia e o Lazer, bem como com o Turismo, poderão aprofundadas, como um dos caminhos possíveis para garantir o crescimento dos investimentos.

Paralelamente, para que a actividade de campo e as escavações se possam transformar em conhecimento, servindo assim as comunidades, outro campo de cooperação que irá estreitar-se será com as universidades, já não numa base estritamente académica, mas institucional ou pessoal.

Quanto às empresas privadas de Arqueologia, talvez sejam estas as mais afectadas pois os municípios vão procurar rentabilizar ao máximo os seus recursos. A entrada de receitas por via dos projectos imobiliários vai reduzir-se. O empréstimo à banca tem limites e é cada vez mais oneroso. Deste modo a margem financeira para o out-sourcing vai ser muito estreita. Cumpre às empresas reorganizarem-se e enfrentar as dificuldades que se vão aprofundar nos próximos anos.

Os contextos de crise devem ser aproveitados para reflectir e encontrar as soluções, de acordo com o velho dito popular: a necessidade aguça o engenho.

### **Bibliografia**

- ACTAS DO I COLÓQUIO DE ARQUEOLOGIA URBANA, Setúbal, Trabalhos de Arqueologia 3, Departamento de Arqueologia do IPPC. Lisboa. 1985.
- ACTAS DO II ENCONTRO DE ARQUEOLOGIA URBANA, Braga, Bracara Augusta, 45, Câmara Municipal de Braga. 1993.
- CARDOSO, Guilherme – Escavações eventuais na Vila de Cascais. Trabalhos de Arqueologia. Lisboa. 1, 1985, p. 49-54.
- COLMENERO, A. R. - *Aquae Flaviae. II. O tecido urbanístico da cidade romana.* Chaves: Câmara Municipal de Chaves. 1997.
- COSTA, João Pedro Teixeira de Abreu - *Bairro de Alvalade. Considerações sobre o Urbanismo Habitacional.* Lisboa. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitectura. Universidade Técnica de Lisboa. 1997.
- DOMINGUES, Álvaro (cord.) - *Cidade e Democracia. 30 Anos de transformação em Portugal.* Lisboa: Argumentum, 2006.
- DUARTE, A. L. e AMARO, Clementino - *Casa dos Bicos - A Cidade e a Arqueologia.* Trabalhos de Arqueologia. Lisboa. 1, 1985, p. 143- 154.
- FABIÃO, Carlos – *Ler as cidades antigas: Arqueologia Urbana em Lisboa.* Penélope. Lisboa. 13, 1994, p. 147-162.
- GASPAR, A.; DELGADO, M. e LEMOS, F. S. – *Salvamento de Bracara Augusta. Reflexões.* Trabalhos de Arqueologia. Lisboa. 3, 1985, pp. 27-42.
- GOMES; Rosa V. e GOMES, M. V. – *Cerâmicas estampilhadas muçulmanas e Mudéjares do Poço Cisterna de Silves.* Trabalhos de Arqueologia. Lisboa. 1. 1985.
- GUIMARÃES, Joaquim Gonçalves – *Arqueologia Urbana no Centro Histórico de Gaia: Ponto da situação e perspectivas futuras.* Bracara Augusta. Braga. 45, 1994, p. 103-126.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – *Pressão Construtiva. Áreas Metropolitanas, I,* INE: Lisboa. 2000.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – *Pressão Construtiva. Cidade Médias, II,* INE: Lisboa. 2000.
- LEMOS, Francisco Sande; MARTINS, Manuela e DELGADO, Manuela – *À Descoberta de Bracara Augusta: um Projecto de Arqueologia Urbana no Norte de Portugal.* Forum. Braga. 17, 1995, p. 53-60.
- MARTINS, Manuela – *Bracara Augusta. Cidade Romana.* Braga: Fundação Cultural Bracara Augusta. 2000. MARTINS, Manuela e DELGADO, Manuela – *História e Arqueologia de uma cidade em devir: Bracara Augusta.* Cadernos de Arqueologia. Braga. II Série, 6-7, 1989/1990, p. 11-39
- MARTINS, Manuela e LEMOS, Francisco Sande - *O Projecto de Estudo e Salvamento de Bracara Augusta.* Forum. Braga. 23, 1998, p. 117-143.
- MARTINS, M.; DELGADO, M.; LEMOS, F. S.; e CUNHA, A. - *Bracara Augusta, capital da Gallaecia Meridional: História; urbanismo e arquitectura.* In *Actas del Congreso Internacional Las Origenes de la Ciudad en el Noroeste Hispánico,* Facultad de Humanidades, Lugo. 1996, p. 735-749.
- MARTINS, Manuela e FONTES, Luis (2009) – *Uma estratégia para o Património Bracarense: a criação de um Parque Cultural Europeu,* Forum. Braga. 42-43, 2009, p. 255-286.
- MOITA, Irisalva e LEITE, Cristina – *Recuperar Orlisipo a partir de Lisboa. Possibilidades e limitações.* Trabalhos de Arqueologia. Lisboa. 1, 1985.
- NUNES, H. B. - *O Salvamento de Bracara Augusta: da cidade romana ao Campo Arqueológico da Universidade do Minho.* In *Actas das III Jornadas Arqueológicas – 1977.* Lisboa. Vol 1, 1978.
- *Memórias do Salvamento de Bracara Augusta.* Bracara Augusta. Braga. 45, n.º 97 (110), 1994, p. 63-70.
- NUNES, H.B. e OLIVEIRA, E. P. – *Documentos de Bracara Augusta. O Cônego Arlindo Ribeiro da Cunha e a Defesa do Património Arqueológico de Braga.* Cadernos de Arqueologia. Braga. 2, n.º 5, 1988, p. 93-152.
- OSÓRIO, M. I. N. Pinto e SILVA, A. M. S. P. – *Intervenção Arqueológica Municipal no Porto. Resultados, problemas e potencialidades.* Bracara Augusta. Braga. XLV, n.º 97 (110), 1994, p. 87-98.
- REAL, Fernando Sousa - *Aspectos de Legislação em Portugal e na Europa.* Bracara Augusta. Braga. 45, 4, 1994, p. 9-14.
- RIBEIRO, José Cardim – *Felicitas Iulia Orlisipa: considerações sobre o Catálogo de LS, Al-madam, II série, 3,* 1994, p. 75-95.
- SALGUEIRO, Teresa Barata e FERRÃO, João – *Sociedade, Paisagens e Cidades.* Geografia de Portugal. Lisboa. Círculo de Leitores. 2005.
- SILVA, A. M. S. P. – *Rua D. Hugo 5, um arqueossítio fundador.* Al-Madan. Almada. II Série, 9, 2000, p. 136-137.
- VEGAS, Catarina – *Arqueologia Urbana em Santarem.* Bracara Augusta. Braga. 45, 1994, p. 127-137. VVAA. – *Subterranean Lisbon, Electa/MNAE,* Lisboa. 1994.
- VVAA - *Report on the situation of urban archaeology in Europe.* Council of Europe Publishing. 2001.





# Arqueologia & História